

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	13
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	38
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	39
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	40
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	41
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2018
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	1.197.410.623
Preferenciais	0
Total	1.197.410.623
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
1	Ativo Total	2.770.085	2.672.305
1.01	Ativo Circulante	37.526	39.334
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	12.872	16.373
1.01.03	Contas a Receber	17.017	14.954
1.01.03.01	Clientes	17.015	14.917
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	2	37
1.01.03.02.01	Contas a receber partes relacionadas	2	37
1.01.06	Tributos a Recuperar	4.982	4.808
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	4.982	4.808
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.359	1.759
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.296	1.440
1.01.08.03	Outros	1.296	1.440
1.01.08.03.01	Outros créditos	1.296	1.440
1.02	Ativo Não Circulante	2.732.559	2.632.971
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	139.331	130.794
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	24.729	24.643
1.02.01.02.03	Aplicações Financeiras Vinculadas	24.729	24.643
1.02.01.07	Tributos Diferidos	57.559	47.401
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	57.559	47.401
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	3.888	3.989
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	53.155	54.761
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	50.907	51.128
1.02.01.10.04	Outras Contas a Receber	221	221
1.02.01.10.05	Diferido	2.027	3.412
1.02.03	Imobilizado	2.212	2.162
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	2.212	2.162
1.02.04	Intangível	2.591.016	2.500.015
1.02.04.01	Intangíveis	2.591.016	2.500.015
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	2.591.016	2.500.015

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2	Passivo Total	2.770.085	2.672.305
2.01	Passivo Circulante	350.395	178.954
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	7.431	7.709
2.01.01.01	Obrigações Sociais	7.431	7.709
2.01.02	Fornecedores	29.981	41.222
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	29.981	41.222
2.01.02.01.01	Fornecedores	14.362	21.842
2.01.02.01.02	Caução Contratual	15.619	19.380
2.01.03	Obrigações Fiscais	15.356	6.684
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	13.694	4.586
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.662	2.098
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	63.228	60.622
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	63.228	60.622
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	63.228	60.622
2.01.05	Outras Obrigações	221.485	48.117
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	216.521	43.283
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	215.581	41.987
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	940	1.296
2.01.05.02	Outros	4.964	4.834
2.01.05.02.04	Taxa de Fiscalização	989	961
2.01.05.02.06	Outras Contas a Pagar	3.975	3.873
2.01.06	Provisões	12.914	14.600
2.01.06.02	Outras Provisões	12.914	14.600
2.01.06.02.05	Provisão para Manutenção em Rodovia	12.914	14.600
2.02	Passivo Não Circulante	1.243.026	1.380.872
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	474.819	502.231
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	474.819	502.231
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	474.819	502.231
2.02.02	Outras Obrigações	680.717	790.895
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	677.484	780.430
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	677.484	780.430
2.02.02.02	Outros	3.233	10.465
2.02.02.02.04	Obrigações fiscais	3.233	10.465
2.02.04	Provisões	87.490	87.746
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	10.507	10.006
2.02.04.01.05	Provisões Cíveis Trabalhistas e Regulatórias	10.507	10.006
2.02.04.02	Outras Provisões	76.983	77.740
2.02.04.02.04	Provisão para Manutenção em Rodovia	56.024	57.421
2.02.04.02.05	Provisão para Investimento em Rodovia	20.959	20.319
2.03	Patrimônio Líquido	1.176.664	1.112.479
2.03.01	Capital Social Realizado	1.272.296	1.188.296
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-95.632	-75.817

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	131.787	267.797	197.650	390.469
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-129.530	-248.693	-182.338	-352.885
3.03	Resultado Bruto	2.257	19.104	15.312	37.584
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-7.074	-13.597	-7.510	-14.577
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-7.390	-14.242	-7.893	-15.120
3.04.02.01	Gerais e Administrativas	-6.770	-12.734	-7.438	-14.060
3.04.02.02	Remuneração da Administração	-609	-1.481	-455	-1.059
3.04.02.03	Tributária	-11	-27	0	-1
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	316	645	383	543
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-4.817	5.507	7.802	23.007
3.06	Resultado Financeiro	-17.225	-35.480	-23.872	-49.735
3.06.01	Receitas Financeiras	652	1.254	986	2.845
3.06.02	Despesas Financeiras	-17.877	-36.734	-24.858	-52.580
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-22.042	-29.973	-16.070	-26.728
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	7.462	10.158	5.468	9.075
3.08.02	Diferido	7.462	10.158	5.468	9.075
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-14.580	-19.815	-10.602	-17.653
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-14.580	-19.815	-10.602	-17.653
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,01200	-0,01630	-0,01540	-0,02570

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
4.01	Lucro Líquido do Período	-14.580	-19.815	-10.602	-17.653
4.03	Resultado Abrangente do Período	-14.580	-19.815	-10.602	-17.653

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	56.745	51.827
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	86.457	75.977
6.01.01.01	Lucro ou prejuízo do período	-19.815	-17.653
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	51.292	44.311
6.01.01.04	Baixas de ativos permanentes	544	862
6.01.01.05	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-10.158	-9.075
6.01.01.07	Receitas com aplicação financeiras vinculadas	-755	-1.346
6.01.01.08	Juros e variações monetárias sobre mútuos	19.640	29.358
6.01.01.09	Juros e variações monetárias de empréstimos	13.408	18.751
6.01.01.11	Despesas/(receitas financeiras dos ajustes e valor presente	2.578	3.097
6.01.01.12	Constituição (reversão) de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	1.147	2.669
6.01.01.13	Constituição (reversão) de provisão para manutenção	28.243	5.003
6.01.01.14	Atualização monetária de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	333	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-30.291	-25.303
6.01.02.01	Contas a receber	-2.098	-2.141
6.01.02.02	Contas a receber - partes relacionadas	35	2.431
6.01.02.03	Impostos a recuperar	423	689
6.01.02.05	Depósitos judiciais	39	5.251
6.01.02.06	Fornecedores	-1.441	-3.531
6.01.02.07	Fornecedores - partes relacionadas	48	-129
6.01.02.08	Cauções contratuais de fornecedores	-634	-1.797
6.01.02.09	Obrigações sociais	-278	-446
6.01.02.10	Obrigações fiscais	6.664	-11.687
6.01.02.15	Outras contas a pagar	-9.915	10.755
6.01.02.16	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	-979	-675
6.01.02.18	Pagamentos de juros	-22.155	-24.023
6.01.03	Outros	579	1.153
6.01.03.02	Despesas antecipadas	501	1.164
6.01.03.03	Outros créditos	78	-11
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-159.825	-270.675
6.02.01	Aquisição do ativo imobilizado	-340	-461
6.02.02	Aquisição do ativo intangível	-159.557	-268.911
6.02.03	Aplicação financeira vinculada	-498	-2.027
6.02.04	Valor resgatado das aplicações vinculadas	570	724
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	99.579	192.673
6.03.02	Pagamentos de empréstimos - principal	-27.138	-24.829
6.03.03	Captações de empréstimos empresas ligadas	42.500	0
6.03.12	Risco sacado	217	-3.498
6.03.14	Aumento de capital	84.000	221.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-3.501	-26.175
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	16.373	39.335
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	12.872	13.160

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.188.296	0	0	-75.817	0	1.112.479
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.188.296	0	0	-75.817	0	1.112.479
5.04	Transações de Capital com os Sócios	84.000	0	0	0	0	84.000
5.04.08	Capital Integralizado	84.000	0	0	0	0	84.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-19.815	0	-19.815
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-19.815	0	-19.815
5.07	Saldos Finais	1.272.296	0	0	-95.632	0	1.176.664

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	739.996	0	0	-49.571	0	690.425
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	739.996	0	0	-49.571	0	690.425
5.04	Transações de Capital com os Sócios	221.000	0	0	0	0	221.000
5.04.01	Aumentos de Capital	314.000	0	0	0	0	314.000
5.04.08	(-) Capital a Integralizar	-93.000	0	0	0	0	-93.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-17.653	0	-17.653
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-17.653	0	-17.653
5.07	Saldos Finais	960.996	0	0	-67.224	0	893.772

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
7.01	Receitas	283.185	405.010
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	163.127	151.511
7.01.02	Outras Receitas	120.058	253.499
7.01.02.01	Receita dos Serviços em construção	116.854	251.288
7.01.02.02	Outros	3.204	2.211
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-191.644	-305.206
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-24.550	-24.389
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-10.456	-10.737
7.02.04	Outros	-156.638	-270.080
7.02.04.01	Custo dos serviços de construção	-116.854	-251.288
7.02.04.02	Custos de provisão de manutenção em rodovias	-28.243	-5.003
7.02.04.03	Outros	-11.541	-13.789
7.03	Valor Adicionado Bruto	91.541	99.804
7.04	Retenções	-51.292	-44.311
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-51.292	-44.311
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	40.249	55.493
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	24.712	30.459
7.06.02	Receitas Financeiras	1.254	2.845
7.06.03	Outros	23.458	27.614
7.06.03.01	Juros capitalizados	23.458	27.614
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	64.961	85.952
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	64.961	85.952
7.08.01	Pessoal	19.295	18.064
7.08.01.01	Remuneração Direta	14.643	14.035
7.08.01.02	Benefícios	3.470	3.071
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.182	958
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	4.711	5.126
7.08.02.01	Federais	-3.653	-2.629
7.08.02.02	Estaduais	0	1
7.08.02.03	Municipais	8.364	7.754
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	28.107	32.232
7.08.03.01	Juros	13.408	18.750
7.08.03.02	Aluguéis	833	826
7.08.03.03	Outras	13.866	12.656
7.08.03.03.01	Juros capitalizados BNDES	10.435	8.789
7.08.03.03.03	Outros	3.431	3.867
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-19.815	-17.653
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-19.815	-17.653
7.08.05	Outros	32.663	48.183
7.08.05.01	Juros Partes Relacionadas	19.640	29.359
7.08.05.02	Juros Capitalizados	13.023	18.824

Comentário do Desempenho



Joinville, 14 de agosto de 2018 – Autopista Litoral Sul S/A, empresa do Grupo Arteris, comenta seu resultado relativo ao segundo trimestre de 2018 (2T18), período encerrado em 30 de junho de 2018. As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado em contrário, são apresentadas em Reais, de acordo com a Legislação Societária e com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Os valores e informações não constantes no balanço patrimonial, demonstrações do resultado e notas explicativas inseridas nas informações trimestrais não foram revisados pelos auditores independentes.

COMENTÁRIO DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO

Tráfego Pedagiado: No 2T18 o tráfego pedagiado foi de R\$ 28 milhões de veículos equivalentes, uma queda de 2,3% em relação ao 2T17. A maior parte da variação observada no 2T18 se deve à greve dos caminhoneiros, ocorrida no final do mês de maio, que paralisou praticamente todas as rodovias do Brasil, limitando muito o fluxo de veículos nas rodovias, principalmente o fluxo de veículos pesados.

Receita Operacional Bruta: A Receita Operacional Bruta, excluindo o valor da receita de obras, foi de R\$ 77,2 milhões no 2T18, apresentando um aumento de 1,5% em relação ao 2T17. A variação corresponde ao reajuste tarifário em fevereiro/2017, onde a tarifa passou de R\$2,60 para R\$2,70.

Custos e Despesas: Os Custos e Despesas, excluindo os custos de: serviços de construção, provisão para manutenção e depreciação e amortização, chega-se no montante de R\$ 33,2 milhões no 2T18 contra R\$ 34,2 milhões 2T17, uma queda de 2,8%. A principal variação ocorreu nas despesas com Conserva de Rotina onde houve uma redução no volume dos serviços prestados pelas empresas de conserva e monitoração.

EBITDA e EBITDA Ajustado: O EBITDA Ajustado da Companhia passou de R\$ 35,1 milhões em 2T17 para R\$ 37,2 milhões em 2T18. A variação corresponde a melhora nas receitas de pedágio e a redução nos custos e despesas, como já comentado nos parágrafos anteriores. Para melhor representar a aplicação do ICPC01 foram demonstrados os ajustes efetuados no quadro EBITDA Ajustado, onde foram excluídos os valores que afetam o EBITDA da Companhia. Esses ajustes não influenciaram o fluxo de caixa da Companhia.

Resultado Financeiro: Houve uma redução nas despesas financeiras de 28,1% e nas receitas de 33,9% em relação ao 2T17. A variação nas despesas financeiras deve-se pela redução das taxas de juros (CDI e TJLP) comparados ao realizado no mesmo período do exercício anterior. No período a Companhia manteve seu saldo em caixa mais reduzido, o que gerou uma queda nas receitas financeiras.

Prejuízo Líquido: A Companhia obteve um prejuízo de R\$ 14,6 milhões no 2T18. No mesmo período do ano anterior a empresa apresentou um prejuízo de R\$ 10,6 milhões, um aumento de 37,5% em comparação 2T17. Em análise, contribuiu para esta variação o aumento nas contas de depreciação e amortização, uma vez que houve a finalização de algumas obras que foram transferidas para operação.

Endividamento: A Autopista Litoral Sul encerrou o 2T18 com um endividamento líquido de R\$ 500 milhões contra R\$ 543,7 milhões em 2T17. Uma redução de R\$ 43,3 milhões que corresponde ao financiamento de longo prazo junto ao BNDES.

Investimentos: Foram investidos até junho de 2018, R\$ 84,1 milhões, em cumprimento ao cronograma de investimentos do contrato de concessão. Com destaque principal para as seguintes obras: Implantação de Trevos e Viadutos, Alargamento e Reforço de Pontes ao Longo da Rodovia,

Comentário do Desempenho



Recuperação de Pavimentos e de Sinistros e a Obra do Contorno de Florianópolis, principal obra do contrato de concessão.

ANEXO 1 – TABELA DRE

Veículos Equivalentes	2T18	1T18	2T17	Var% 2T18/1T18	Var% 2T18/2T17
Litoral Sul	28.134	32.960	28.804	-14,6%	-2,3%

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS (em R\$ Mil)					
	2T18	1T18	2T17	Var% 2T18/1T18	Var% 2T18/2T17
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	138.619	143.921	204.430	-3,7%	-32,2%
Receitas de pedágio	76.040	87.087	74.921	-12,7%	1,5%
Receitas de obras	61.384	55.470	128.329	10,7%	-52,2%
Receitas acessórias	1.195	1.364	1.180	-12,4%	1,3%
DEDUÇÕES DA RECEITA	(6.832)	(7.911)	(6.780)	-13,6%	0,8%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	131.787	136.010	197.650	-3,1%	-33,3%
CUSTOS E DESPESAS	(110.759)	(100.239)	(166.931)	10,5%	-33,6%
Custos dos serv. prestados (excl. amortização e depreciação)	(26.474)	(26.412)	(27.023)	0,2%	-2,0%
Custo dos serv. de construção	(61.384)	(55.470)	(128.329)	10,7%	-52,2%
Despesas administrativas (excl. amortização e depreciação)	(6.470)	(5.681)	(7.122)	13,9%	-9,2%
Remuneração da administração	(610)	(872)	(455)	-30,0%	34,1%
Despesas tributárias	(11)	(16)	-	-31,3%	-
Provisão para manutenção em rodovias	(16.126)	(12.117)	(4.385)	33,1%	267,8%
Outras receitas operacionais, líquidas	316	329	383	-4,0%	-17,5%
EBITDA	21.028	35.771	30.719	-41,2%	-31,5%
Margem EBITDA	16,0%	26,3%	15,5%		
DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES	(25.845)	(25.447)	(22.917)	1,6%	12,8%
Depreciação de imobilizado	(148)	(142)	(134)	4,2%	10,4%
Amortização do intangível	(25.004)	(24.613)	(22.090)	1,6%	13,2%
Amortização do diferido	(693)	(692)	(693)	0,1%	0,0%
RESULTADO FINANCEIRO	(17.225)	(18.255)	(23.872)	-5,6%	-27,8%
Receitas financeiras	652	602	986	8,3%	-33,9%
Despesas financeiras	(17.877)	(18.857)	(24.858)	-5,2%	-28,1%
LUCRO ANTES DOS EFETOS TRIBUTÁRIOS	(22.042)	(7.931)	(16.070)	177,9%	37,2%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	7.462	2.696	5.468	176,8%	36,5%
Diferido	7.462	2.696	5.468	176,8%	36,5%
PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO	(14.580)	(5.235)	(10.602)	178,5%	37,5%

EBITDA AJUSTADO (em R\$ Mil)					
	2T18	1T18	2T17	Var% 2T18/1T18	Var% 2T18/2T17
EBITDA ¹	21.028	35.771	30.719	-41,2%	-31,5%
(+) Provisão para manutenção de rodovias	16.126	12.117	4.385	33,1%	267,8%
EBITDA Ajustado ²	37.154	47.888	35.104	-22,4%	5,8%

1) EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

2) Considera ajuste referente à provisão p/ manutenção de rodovias, de acordo com pronunciamento contábil ICPC 01.

Comentário do Desempenho



A Autopista Litoral Sul S.A. é uma empresa controlada pela Arteris S.A., sociedade de capital aberto listada no Novo Mercado. Para maiores informações sobre o Grupo, consultar os *websites* www.arteris.com.br e www.cvm.gov.br (neste acessar, em “acesso rápido”, o item “ITR, DFP, IAN, FC. FR e outras informações”).

Notas Explicativas

Autopista Litoral Sul S.A.

Informações Trimestrais para o Trimestre
e Período de Seis Meses Findos em 30 de
Junho de 2018

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores
Independentes

Notas Explicativas

AUTOPISTA LITORAL SUL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS REFERENTES AO TRIMESTRE E PERÍODO DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Autopista Litoral Sul S.A. ("Sociedade") é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Joinville, Estado de Santa Catarina, Brasil, situada na Av. Santos Dumont, 935. Constituída em 19 de dezembro de 2007, sua controladora e "holding" é a Arteris S.A. A Sociedade tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário BR-116/BR-376/PR e BR-101/SC, compreendendo o trecho entre Curitiba e Florianópolis, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 07, em conformidade com o Edital de Licitação nº 003/2007, publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT"), sob a forma de concessão de serviço público pelo prazo de 25 anos iniciado em 14 de fevereiro de 2008, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, precedida da execução de obras públicas para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias da rodovia.

A Sociedade utiliza os recursos gerados pelas atividades operacionais para atender às suas necessidades de capital de giro. Adicionalmente, acessa o mercado de capitais e conta com empréstimos e financiamentos com as principais instituições financeiras e de fomento do país para complementar sua necessidade de caixa. Em 30 de junho de 2018 o passivo circulante supera o ativo circulante em R\$312.869 (R\$139.620 em 31 de dezembro de 2017).

A geração de caixa, somada à capacidade de crédito da Sociedade, além dos recursos oriundos de linhas de financiamento de longo prazo são adequados para fazer frente às suas obrigações de curto prazo registradas no passivo circulante, o que inclui a amortização de seus financiamentos circulantes, e a manutenção de nível de alavancagem adequado às suas obrigações de longo prazo.

Uma vez que as projeções de receita no médio e longo prazos apontam para patamares crescentes e sustentáveis, por meio da evolução do tráfego pedagiado e dos reajustes tarifários anuais, ao mesmo tempo em que o plano de obras é suportado por financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e por recursos captados no mercado de capitais por meio da emissão de debêntures de infraestrutura ou outros valores mobiliários, a Administração acredita que a Sociedade possui condições para honrar as obrigações de curto e médio prazos existentes.

No trimestre e período de seis meses findos em 30 de junho de 2018 não ocorreram mudanças no contexto operacional em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

A emissão das informações financeiras trimestrais da Sociedade foi aprovada pela Diretoria em 14 de agosto de 2018.

Notas Explicativas

Litoral Sul S.A.

2. CONCESSÕES

No trimestre e período de seis meses findos em 30 de junho de 2018 não ocorreram mudanças no contrato de concessão em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, exceto pelo mencionado abaixo:

O valor anual, a título de verba de fiscalização, é de R\$6.424. A partir de 30 de junho de 2018 até o final do período de concessão, a Sociedade deverá recolher o montante de R\$94.219 a valor nominal, corrigido pelo IPCA, conforme determinado no contrato de concessão.

A verba de fiscalização é corrigida pelo mesmo índice e na mesma data da correção da tarifa básica de pedágio.

A Sociedade estima em 30 de junho de 2018 o montante de R\$115.862 (R\$163.053 em 31 de dezembro de 2017) referente a investimentos para melhorias na infraestrutura, e de R\$419.279 (R\$403.041 em 31 de dezembro de 2017) referente a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão.

A Sociedade vem negociando com o órgão regulador a execução de obras de melhorias de infraestrutura passíveis de reequilíbrio e em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017 essas obras estão estimadas em R\$1.507.211. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente revisados.

A Sociedade celebrou Termo de Ajuste de Conduta ("TAC"), com a ANTT, em decorrência de processos administrativos sancionatórios de possíveis não conformidades, instaurados pela ANTT, desde o início da concessão até 22 de setembro de 2014.

Em decorrência da assinatura desse TAC, a Sociedade, vem realizando o equivalente à R\$51.500 em novas obras que já estão em andamento não previstas no contrato de concessão, que trarão melhorias, segurança e conforto aos usuários, na rodovia objeto de sua concessão. Parte dessas obras estão concluídas ou em andamento, seja na fase de projetos ou de obras iniciais.

3. BASE DE PREPARAÇÃO

Declaração de conformidade

As informações financeiras trimestrais foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, e também de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das informações financeiras trimestrais, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demais informações relativas à: base de mensuração; moeda funcional e moeda de apresentação; uso de estimativa e julgamento, estão consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, aprovadas em 20 de fevereiro de 2018 e, portanto, ambas devem ser lidas em conjunto.

Notas Explicativas

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas na elaboração das informações financeiras trimestrais estão consistentes com aquelas divulgadas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, e, portanto, devem ser lidas em conjunto com estas informações financeiras trimestrais, exceto pelo mencionado abaixo:

Ativos e passivos financeiros

Classificação dos ativos e passivos financeiros na adoção inicial do CPC 48 – Instrumentos financeiros

O quadro abaixo apresenta os ativos financeiros classificados de acordo com o CPC 40 e as novas categorias de mensuração de acordo o CPC 48:

Ativo ou passivo financeiro	Classificação inicial pelo CPC 40	Saldo em 31.12.2017	Nova classificação de acordo com o CPC 48
Equivalentes de caixa	Ativo financeiro mantido até o vencimento	16.373	Mensurados a valor justo por meio de resultado
Contas a receber clientes	Empréstimos recebíveis	14.917	Custo amortizado
Partes relacionadas	Empréstimos recebíveis	37	Custo amortizado
Aplicações financeiras vinculadas	Ativo financeiro mantido até o vencimento	24.643	Mensurados a valor justo por meio de resultado
Outras contas a receber	Empréstimos recebíveis	1.396	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	558.587	Custo amortizado
Empréstimos partes relacionadas	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	821.479	Custo amortizado
Fornecedores e cauções contratuais	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	41.222	Custo amortizado
Fornecedores - Risco sacado	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	4.266	Custo amortizado
Partes relacionadas	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	2.234	Custo amortizado
Taxa de fiscalização	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	961	Custo amortizado
Outras contas a pagar	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	14.338	Custo amortizado

CPC 47 - Receitas de contratos com clientes

CPC 47 - Receitas de contratos com clientes: A partir de 1º de janeiro de 2018 entrou em vigor a norma CPC 47 que substituiu todos os requisitos de reconhecimento de receita de acordo com as normas CPC's. Essa nova norma estabeleceu um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com o CPC 47 a receita deve ser reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma Sociedade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um

Notas Explicativas

Litoral Sul S.A.

cliente. Uma entidade reconhece receitas de acordo com esse princípio básico por meio da cumulativa observância aos seguintes passos:

Passo 1: Identificar o(s) contrato(s) com um cliente – um contrato é um acordo entre duas ou mais partes que cria direitos e obrigações exequíveis. Os requisitos do CPC 47 se aplicam a todo contrato que tenha sido celebrado com um cliente e que atenda critérios específicos.

Passo 2: Identificar as obrigações de desempenho no contrato – um contrato inclui promessas de transferência de produtos ou serviços a um cliente. Se esses produtos ou serviços forem distintos, as promessas constituem obrigações de desempenho e são contabilizadas separadamente.

Passo 3: Determinar o preço da transação – o preço da transação é o valor da contraprestação em um contrato ao qual uma entidade espera ter direito em troca de transferir produtos ou serviços prometidos a um cliente.

Passo 4: Alocar o preço de transação às obrigações de desempenho no contrato – uma entidade normalmente aloca o preço da transação a cada obrigação de desempenho com base nos preços de venda individuais relativos de cada bem ou serviço distinto prometido no contrato.

Passo 5: Reconhecer a receita quando (ou à medida que) a entidade satisfizer uma obrigação de desempenho – uma entidade reconhece receitas quando (ou à medida que) satisfaz uma obrigação de desempenho ao transferir um bem ou serviço prometido a um cliente (o que ocorre quando o cliente obtém o controle desse bem ou serviço). O valor da receita reconhecida é o valor alocado à obrigação de desempenho satisfeita.

A Sociedade tem como principais receitas a receita de pedágio e a receita de construção. A Sociedade realizou uma avaliação nas cinco etapas do novo modelo de reconhecimento da receita, e não identificou alterações ou impactos significativos no reconhecimento atual dessas receitas, dado que são reconhecidas mediante a prestação do serviço ao usuário, no caso da receita de pedágio, e conforme incorridas na construção dos ativos intangíveis como cumprimento do contrato de concessão, no caso das receitas de construção. As demais receitas foram compreendidas nesta análise e estão substancialmente de acordo com a norma CPC 47.

Metodologia de estimativa de *impairment*

O CPC 47 introduziu o conceito de Perdas de Crédito Esperadas em oposição às perdas de créditos incorridas na norma atual. Os ativos financeiros sujeitos aos requisitos de redução ao valor recuperável (*impairment*) são aqueles mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. O objetivo dos requisitos de *impairment* é reconhecer as perdas de créditos esperadas ao longo da vida para todos os instrumentos financeiros para os quais houve aumento significativo de risco de crédito desde o reconhecimento inicial – seja avaliado individualmente ou coletivamente – considerando todas as informações razoáveis e sustentáveis, incluindo informações prospectivas.

A Sociedade possui concentração em sua carteira de clientes e não possui histórico de perdas em seus instrumentos financeiros. A Administração efetuou uma análise do risco de crédito da carteira e concluiu que não existem perdas a serem reconhecidas em seus recebíveis.

Notas Explicativas**5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

Estão representados por:

	<u>30.06.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Caixa e contas bancárias	3.262	4.876
Aplicações financeiras (*)	<u>9.610</u>	<u>11.497</u>
Total	<u><u>12.872</u></u>	<u><u>16.373</u></u>

(*) As aplicações financeiras representam valores aplicados em fundos de investimento, destinados a receber aplicações de investidores restritos, com liquidez diária, estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e remuneração equivalente, na média, a 98,32% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, tendo como características aplicações pós-fixadas em títulos públicos federais, Certificado de Depósito Bancário - CDB, letras financeiras e operações compromissadas lastreadas em debêntures de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito. Todos os ativos que compõe os fundos de investimento, inclusive as LFT's, são mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo da Sociedade.

6. CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

	<u>30.06.2018</u>		<u>31.12.2017</u>	
	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>
Pedágio eletrônico a receber (*)	14.122	-	13.500	-
Cupons de pedágio a receber	818	-	-	-
Cartões de pedágio a receber	716	-	1.320	-
Receitas acessórias a receber	1.158	-	59	-
Outras receitas a receber	<u>201</u>	<u>221</u>	<u>38</u>	<u>221</u>
Total	<u><u>17.015</u></u>	<u><u>221</u></u>	<u><u>14.917</u></u>	<u><u>221</u></u>

(*) Conforme nota explicativa nº 24 c.

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 30 de junho de 2018 e em 31 de dezembro de 2017. O prazo médio de vencimento é de 30 dias.

Notas Explicativas

Litoral Sul S.A.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**a) Conciliação entre o imposto de renda e a contribuição social efetiva e nominal**

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa real do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos períodos findos em 30 de junho de 2018 e de 2017 é como segue:

	30.06.2018		30.06.2017	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(22.042)	(29.973)	(16.070)	(26.728)
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	7.494	10.191	5.464	9.088
Ajustes para a alíquota efetiva:				
Outras diferenças permanentes	(32)	(33)	4	(13)
Total	7.462	10.158	5.468	9.075
Créditos de imposto de renda e contribuição social:				
Diferido	7.462	10.158	5.468	9.075
	7.462	10.158	5.468	9.075

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Estão representados por:

	Imposto de renda e contribuição social diferido ativo	
	30.06.2018	31.12.2017
<u>Não circulante</u>		
<u>Diferenças temporárias ativas:</u>		
Prejuízo fiscal (a)	184.224	153.303
Provisão de participação nos lucros	1.393	3.012
Riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios (b)	10.507	10.006
Outras provisões	1.569	2.887
Provisão para manutenção de rodovias	68.938	72.021
Amortização acumulada de obras futuras	(4.772)	(5.454)
Ajuste dos encargos financeiros obras futuras	(189)	(829)
Ajuste dos encargos financeiros (confirming)	(40)	(46)
Base de cálculo diferenças temporárias ativas	261.630	234.900
Alíquota nominal	34%	34%
Total	88.954	79.866
<u>Diferenças temporárias passivas:</u>		
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis - adoção Lei 12.973/14 (c)		
Diferenças de intangível e imobilizado líquidas	(114.281)	(114.281)
Amortização dos ajustes - mudança de práticas contábeis	21.851	18.703
Estorno de capitalização de juros	108	108
Amortização estorno de capitalização de juros	(17)	(14)
Base de cálculo diferenças temporárias passivas	(92.339)	(95.484)
Alíquota nominal	34%	34%
Total	(31.395)	(32.465)
Total do imposto de renda e contribuição social	57.559	47.401

Notas Explicativas

- (a) Refere-se ao prejuízo fiscal e à base negativa de contribuição social, suportados por projeções de resultados tributáveis futuros.
- (b) Refere-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios de reclamações pendentes de resoluções.
- (c) A partir de 1º de janeiro de 2015 a Sociedade congelou os saldos referentes às mudanças de práticas contábeis, adotando a Lei nº 12.973/14. Desta forma, passou a amortizar linearmente o saldo residual dos ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis até o final do período da concessão.

As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade traduzidas em suas projeções de resultados constituem-se em previsões de sua Administração; portanto, são dependentes de variáveis de mercado e estão sujeitas a mudanças.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, é como segue:

Exercício a findar-se em:

<u>Impostos diferidos ativos não circulante</u>	
2019	2.493
2020	5.191
2021	5.399
2022	5.614
Após 2022	<u>70.257</u>
	<u><u>88.954</u></u>

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

A Sociedade mantém aplicações financeiras vinculadas no ativo não circulante para cumprir obrigações contratuais referentes a empréstimos e financiamentos. A seguir breve descrição dessas obrigações:

BNDES

A Sociedade deve depositar em conta de pagamento de instituição financeira 53% da arrecadação das praças de pedágio. Esses recursos são utilizados para pagamento do serviço da dívida e manutenção do mínimo obrigatório da conta de reserva. Após o cumprimento legal das obrigações contratuais os recursos excedentes são transferidos para conta-corrente livre.

A Sociedade deve manter depositada em conta de reserva de instituição financeira, até a liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento com o BNDES, o valor mínimo equivalente a três vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrente do contrato de financiamento. Esse valor será sempre recalculado no dia posterior ao de cada pagamento das prestações mensais.

Em 30 de junho de 2018 o saldo é de R\$24.729 (R\$24.643 em 31 de dezembro de 2017), aplicados em títulos públicos federais e títulos privados de emissão da instituição financeira, e essas aplicações foram remuneradas em média a 97,39% da variação do CDI.

Notas Explicativas

Autopista Litoral Sul S.A.

9. IMOBILIZADO

A movimentação é como segue:

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Máquinas e equipamentos	Outras imobilizações	Imobilizado em andamento	Total
<u>Custo do imobilizado</u>								
Saldo em 31.12.2017	1.082	897	798	308	1.417	329	-	4.831
Adições	10	314	-	-	16	-	-	340
Saldo em 30.06.2018	1.092	1.211	798	308	1.433	329	-	5.171
<u>Depreciação acumulada</u>								
Saldo em 31.12.2017	(664)	(587)	(289)	(184)	(815)	(130)	-	(2.669)
Depreciações	(44)	(71)	(72)	(26)	(62)	(15)	-	(290)
Saldo em 30.06.2018	(708)	(658)	(361)	(210)	(877)	(145)	-	(2.959)
<u>Imobilizado líquido</u>								
Saldo em 31.12.2017	418	310	509	124	602	199	-	2.162
Saldo em 30.06.2018	384	553	437	98	556	184	-	2.212
Taxas de depreciação - a.a.	9%	20%	20%	13%	12%	17%	-	
<u>Custo do imobilizado</u>								
Saldo em 31.12.2016	994	712	601	302	1.342	329	-	4.280
Adições	40	183	-	-	25	-	213	461
Saldo em 30.06.2017	1.034	895	601	302	1.367	329	213	4.741
<u>Depreciação acumulada</u>								
Alienações/baixas	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2016	(575)	(462)	(168)	(136)	(695)	(96)	-	(2.132)
Depreciações	(42)	(61)	(59)	(23)	(60)	(19)	-	(264)
Saldo em 30.06.2017	(617)	(523)	(227)	(159)	(755)	(115)	-	(2.396)
<u>Imobilizado líquido</u>								
Saldo em 31.12.2016	419	250	433	166	647	233	-	2.148
Saldo em 30.06.2017	417	372	374	143	612	214	213	2.345
Taxas de depreciação - a.a.	9%	20%	20%	13%	12%	17%	-	

Notas Explicativas

Litoral Sul S.A.

10. INTANGÍVEL

A movimentação é como segue:

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Software	Intangível em andamento (b)	Adiantamento fornecedores	Total
<u>Costo do intangível</u>					
Saldo em 31.12.2017	1.760.491	6.681	1.013.332	11.965	2.792.469
Adições	25.211	293	112.658	3.000	141.162
Transferências/reclassificações	25.109	-	(22.412)	(2.697)	-
Alienações/baixas	(281)	-	(248)	(15)	(544)
Saldo em 30.06.2018	<u>1.810.530</u>	<u>6.974</u>	<u>1.103.330</u>	<u>12.253</u>	<u>2.933.087</u>
<u>Amortização acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2017	(287.631)	(4.823)	-	-	(292.454)
Amortizações	(49.340)	(277)	-	-	(49.617)
Saldo em 30.06.2018	<u>(336.971)</u>	<u>(5.100)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(342.071)</u>
<u>Intangível líquido</u>					
Saldo em 31.12.2017	1.472.860	1.858	1.013.332	11.965	2.500.015
Saldo em 30.06.2018	1.473.559	1.874	1.103.330	12.253	2.591.016
Taxas de amortização - a.a.	6%	2%	7%	7%	

Notas Explicativas

Autopista Litoral Sul S.A.

	Intangível em rodovias - obras e serviços (a)	Software	Intangível em andamento (b)	Adiantamento fornecedores	Total
<u>Custo do intangível</u>					
Saldo em 31.12.2016	1.466.450	6.181	771.610	244	2.244.485
Adições	63.486	500	193.451	34.965	292.402
Transferências/reclassificações	131.074	-	(108.325)	(22.749)	-
Alienações/baixas	(42)	-	(814)	(6)	(862)
Saldo em 30.06.2017	<u>1.660.968</u>	<u>6.681</u>	<u>855.922</u>	<u>12.454</u>	<u>2.536.025</u>
<u>Amortização acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2016	(198.790)	(4.068)	-	-	(202.858)
Amortizações	(42.294)	(367)	-	-	(42.661)
Saldo em 30.06.2017	<u>(241.084)</u>	<u>(4.435)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(245.519)</u>
<u>Intangível líquido</u>					
Saldo em 31.12.2016	1.267.660	2.113	771.610	244	2.041.627
Saldo em 30.06.2017	1.419.884	2.246	855.922	12.454	2.290.506
Taxas de amortização - a.a.	6%	2%	6%	6%	

(a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados linearmente até o final do período da concessão.

(b) Refere-se a obras em andamento tendo como principal construção a do Contorno de Florianópolis.

A Administração preparou a projeção de fluxo de caixa descontado da Sociedade e concluiu que não há necessidade de provisão para *impairment* dos ativos intangíveis em 31 de dezembro de 2017. A Administração vem acompanhando esta projeção com o realizado de 2018 e concluiu que não possui qualquer indicativo que pudesse requerer uma nova avaliação nesse trimestre.

No período findo em 30 de junho de 2018, a Sociedade capitalizou o montante de R\$23.458 (R\$27.614 em 30 de junho de 2017) referente aos custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis como parte do custo do ativo. A taxa média de capitalização em relação aos valores principais de dívidas em 2018 foi de 12,23% ao ano (9,69% ao ano em 2017).

Notas Explicativas

Autopista Litoral Sul S.A.

11. DIFERIDO

É representado por:

	<u>30.06.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Gastos pré-operacionais:		
Pessoal/administradores	4.343	4.343
Consumo	3.598	3.598
Custos contratuais da concessão	7.306	7.306
Depreciações e amortizações	16	16
Conservação da rodovia	10.169	10.169
Serviços de terceiros	1.182	1.182
Tributários	1.418	1.418
Resultados financeiros	(1.327)	(1.327)
Outros gastos	746	746
	<u>27.451</u>	<u>27.451</u>
Amortização acumulada	<u>(25.424)</u>	<u>(24.039)</u>
	<u>2.027</u>	<u>3.412</u>

Refere-se a gastos pré-operacionais representados por estudos de viabilidade, reformas e obras nas faixas de domínio necessárias para equalização de necessidade de reparos emergenciais nas rodovias e serviços prestados de acordo com o estabelecido no contrato de concessão, incorridos até 31 de dezembro de 2008. Os gastos pré-operacionais são amortizados em dez anos, conforme a expectativa de retorno desses gastos pela Administração da Sociedade, de acordo com a Lei nº 11.941/09.

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Estão representados por:

	<u>30.06.2018</u>		<u>31.12.2017</u>	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
<u>Moeda Local</u>				
Financiamento de investimentos (BNDES) (a)	59.514	480.748	57.163	508.549
Risco sacado (b)	4.490	-	4.266	-
	<u>64.004</u>	<u>480.748</u>	<u>61.429</u>	<u>508.549</u>
Custo de transação	(776)	(5.929)	(807)	(6.318)
	<u>63.228</u>	<u>474.819</u>	<u>60.622</u>	<u>502.231</u>

Notas Explicativas

A composição dos empréstimos é como segue:

Referência	Moeda	Modalidade	Sociedade	Taxa de juros efetiva	Vencimento	Garantia	30.06.2018	31.12.2017
(a)	Real	BNDES	Litoral Sul	TJLP+2,32%a.a.	jun/26	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	536.725	562.016
(a)	Real	BNDES	Litoral Sul	TJLP	jun/26	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	3.537	3.696
(b)	Real	Risco sacado	Litoral Sul	1,33% a.m.	Até 60 dias	Aval acionistas	4.490	4.266
							544.752	569.978

Em 30 de junho de 2018 o saldo de R\$4.490 (R\$4.266 em 31 de dezembro de 2017) refere-se ao contrato firmado com o Banco Santander S.A. para estruturar, com seus principais fornecedores, a operação denominada "risco sacado". Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos emitidos contra a Sociedade para a instituição financeira que, por sua vez, passará a ser credora da operação. Esse contrato possui limite de R\$20.000 e taxa média de 1,33% ao mês.

Em 30 de junho de 2018, as parcelas de longo prazo relativas aos empréstimos e financiamentos apresentam os seguintes vencimentos:

<u>Ano de vencimento</u>	
2019	30.634
2020	65.060
2021	70.464
2022	76.317
Após 2022	238.273
	480.748

A Sociedade está cumprindo todas as cláusulas restritivas na data das informações financeiras trimestrais. O valor justo dos empréstimos registrados no passivo circulante e não circulante é próximo de seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo, tendo em vista que as taxas de descontos são substancialmente semelhantes às contratadas.

13. FORNECEDORES E CAUÇÕES CONTRATUAIS

Em 30 de junho de 2018 o saldo de R\$14.362 (R\$21.842 em 31 de dezembro de 2017) refere-se a fornecedores e prestadores de serviços. O saldo de R\$15.619 (R\$19.380 em 31 de dezembro de 2017) refere-se a cauções contratuais de fornecedores e prestadores de serviços registrados de acordo com as condições estabelecidas em contrato prevendo retenção de 5% do valor dos serviços. Esses saldos estão relacionados predominantemente à concessão e incluem gastos com itens do imobilizado e execução de obras na rodovia.

14. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com a controladora e partes relacionadas são relativas a contratos de serviços de construção, execução de obras, despesas administrativas e mútuos para capital de giro.

Os saldos em 30 de junho de 2018 e em 31 de dezembro de 2017 e as transações realizadas em 30 de junho de 2018 e de 2017, com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

Notas Explicativas

Autopista Litoral Sul S.A.

<u>Ativo circulante</u>	<u>30.06.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
<u>Controladora</u>		
Contas a receber:		
Arteris S.A (a)	2	36
<u>Outras partes relacionadas</u>		
Contas a receber:		
Planalto Sul S.A.	-	1
Total	<u>2</u>	<u>37</u>
<u>Passivo circulante</u>	<u>30.06.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
<u>Controladora</u>		
Debêntures:		
Debentures - Arteris S.A. (c)	214.258	41.049
<u>Controladora</u>		
Contas a pagar:		
Arteris S.A (a)	1.323	938
<u>Outras partes relacionadas</u>		
Contas a pagar:		
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (b)	940	1.296
Total	<u>216.521</u>	<u>43.283</u>
<u>Passivo não circulante</u>		
<u>Controladora</u>		
Empréstimo:		
Mútuos - Arteris S.A. (d)	566.663	548.608
<u>Controladora</u>		
Debêntures:		
Debentures - Arteris S.A. (c)	110.821	231.822
Total	<u>677.484</u>	<u>780.430</u>

Contas de Resultado:	PERÍODO					
	30.06.2018			30.06.2017		
	Conservação da rodovia (b)	Despesas financeiras (c)/(d)	Despesas gerais (a)	Conservação da rodovia (b)	Despesas financeiras (c)/(d)	Despesas gerais (a)
<u>Controladora</u>						
Arteris S.A.	-	(32.663)	(5.579)	-	(48.182)	(4.159)
Juros Capitalizados (*)	-	13.023	-	-	18.824	-
<u>Outras partes relacionadas</u>						
Planalto Sul S.A.	-	-	-	-	-	(1)
Fluminense S.A.	-	-	(31)	-	-	-
Latina Manutenção de Rodovias Ltda.	-	-	-	-	-	(110)
Total	-	<u>(19.640)</u>	<u>(5.610)</u>	-	<u>(29.358)</u>	<u>(4.270)</u>

Notas Explicativas S.A.

Contas de Resultado:	TRIMESTRE					
	30.06.2018			30.06.2017		
	Conservação da rodovia (b)	Despesas financeiras (c)/(d)	Despesas gerais (a)	Conservação da rodovia (b)	Despesas financeiras (c)/(d)	Despesas gerais (a)
Controladora						
Arteris S.A.	-	(16.491)	(2.977)	-	(22.572)	(2.058)
Juros Capitalizados (*)	-	6.652	-	-	8.824	-
Outras partes relacionadas						
Planalto Sul S.A.	-	-	-	-	-	(1)
Latina Manutenção de Rodovias Ltda.	-	-	-	-	-	(55)
Total	-	(9.839)	(2.977)	-	(13.748)	(2.114)

(*) Referem-se a juros de dívidas com partes relacionadas que foram capitalizados.

- (a) Refere-se a rateios de custos e despesas administrativas entre empresas do Grupo Arteris. A Arteris, controladora da Sociedade, adota um critério de rateio de custos da "Holding", baseando-se na receita das empresas do Grupo Arteris, a fim de garantir que todas as partes beneficiadas arquem com os gastos referentes às áreas administrativas e de suporte do Grupo Arteris, que serão reembolsados com vencimento médio de 45 dias.
- (b) Refere-se a prestação de serviços direcionados à manutenção e conservação da malha rodoviária concedida para a Sociedade, definidos em condições específicas entre as partes e com vencimento médio de 30 dias.
- (c) Decorrentes da 2ª, 3ª, 4ª, 5ª e 6ª emissões de debêntures série única não conversíveis em ações celebradas com a Arteris S.A. para execução do plano de investimentos da Sociedade. Os referidos títulos serão remunerados a uma taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescentado do "spread" de 1,4% ao ano para a 2ª emissão, 1% para a 6ª emissão e de 1,5% ao ano para as demais, com vencimento do principal e dos juros, conforme tabela a seguir. Em 21 de maio de 2018, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária a emissão de 28.000 debêntures nominativas e não conversíveis, da espécie subordinada, todas com valor nominal unitário R\$10.000 no valor total da emissão de R\$280.000, na data de emissão das debêntures, sendo que até o período findo em 30 de junho de 2018 do total de debêntures emitidas foram integralizadas o montante de R\$42.500. Os juros apresentados na demonstração do resultado estão líquidos dos juros capitalizados.

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	30.06.2018		31.12.2017	
			Valor do principal	Juros	Valor do principal	Juros
01.04.2015	31.03.2019	CDI + 1,40% a.a.	30.000	12.468	30.000	11.049
28.04.2015	28.04.2019	CDI + 1,50% a.a.	122.518	49.272	122.518	43.465
03.07.2015	03.07.2019	CDI + 1,50% a.a.	20.000	7.530	20.000	6.601
19.08.2015	19.08.2019	CDI + 1,50% a.a.	30.000	10.605	30.000	9.238
21.05.2018	21.05.2021	CDI + 1,00% a.a.	42.500	186	-	-
			245.018	80.061	202.518	70.353

- (d) Contratos de mútuo passivo obtidos para financiamento das operações da Sociedade, com taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI mais 1,037% a 1,70% ao ano com vencimentos de juros e principal em dezembro de 2019, conforme demonstrados a seguir. Os juros apresentados na demonstração do resultado estão líquidos dos juros capitalizados.

Notas Explicativas

Autopista Litoral Sul S.A.

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	30.06.2018		31.12.2017	
			Valor do principal	Juros	Valor do principal	Juros
04.09.2008	01.12.2019	CDI + 1,037%a.a.	4.000	5.423	4.000	5.136
17.09.2008	01.12.2019	CDI + 1,037%a.a.	5.000	6.779	5.000	6.420
25.09.2008	01.12.2019	CDI + 1,037%a.a.	2.000	2.711	2.000	2.568
06.10.2008	01.12.2019	CDI + 1,037%a.a.	8.000	10.846	8.000	10.271
27.10.2008	01.12.2019	CDI + 1,037%a.a.	6.000	8.135	6.000	7.703
05.11.2008	01.12.2019	CDI + 1,037%a.a.	10.000	13.558	10.000	12.839
27.11.2008	01.12.2019	CDI + 1,037%a.a.	10.000	13.558	10.000	12.839
05.12.2008	01.12.2019	CDI + 1,037%a.a.	5.000	6.779	5.000	6.420
19.12.2008	01.12.2019	CDI + 1,04% a.a.	17.000	23.048	17.000	21.826
10.06.2013	01.12.2019	CDI + 1,70% a.a.	15.000	10.388	15.000	9.545
10.09.2013	01.12.2019	CDI + 1,70% a.a.	30.000	19.719	30.000	18.068
08.10.2013	01.12.2019	CDI + 1,70% a.a.	35.000	22.634	35.000	20.719
24.01.2014	01.12.2019	CDI + 1,40% a.a.	40.000	23.321	40.000	21.295
05.03.2014	01.12.2019	CDI + 1,40% a.a.	25.000	14.170	25.000	12.917
01.04.2014	01.12.2019	CDI + 1,40% a.a.	30.000	16.678	30.000	15.185
09.05.2014	01.12.2019	CDI + 1,40% a.a.	35.000	18.922	35.000	17.197
20.06.2014	01.12.2019	CDI + 1,40% a.a.	20.000	10.462	20.000	9.488
02.03.2015	01.12.2019	CDI + 1,40% a.a.	30.000	12.532	30.000	11.172
			<u>327.000</u>	<u>239.663</u>	<u>327.000</u>	<u>221.608</u>

Além das operações anteriormente mencionadas, a Latina Manutenção de Rodovias realizou obras nas rodovias, registradas no intangível da Sociedade no valor de R\$5.968 (R\$25.922 em 30 de junho de 2017), em condições específicas entre as partes e com vencimento médio de 30 dias.

No decorrer do trimestre e período de seis meses findos em 30 de junho de 2018 a Sociedade reconheceu, respectivamente, os montantes de R\$244 R\$949 a título de remuneração e encargos de seus administradores incluídos os encargos, adicionado de R\$366 R\$533 relativo ao rateio da "Holding", que totalizam R\$610 e R\$1.482 (R\$455 e R\$1.059, respectivamente, em 30 de junho de 2017), conforme proposta da Administração aprovada em ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, sendo a remuneração global anual sem encargos de até R\$1.700. Os administradores não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, tampouco possuem benefícios indiretos.

As transações com partes relacionadas são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no país.

15. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Sociedade concede a seus empregados Programa de Participação nos Resultados - PPR anual. O cálculo desta participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício e seu pagamento é efetuado no exercício seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e dos objetivos. Durante o exercício corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para o PPR registrados em 30 de junho de 2018 e em 31 de dezembro de 2017, respectivamente, na rubrica "Obrigações sociais" são de R\$1.393 e R\$3.012.

Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o período que trabalharam durante o exercício social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

Notas Explicativas

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, os objetivos e os pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA consolidado e por empresa, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com a qualidade.

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

16. PROVISÕESRiscos cíveis, trabalhistas e regulatórios

A Sociedade tem reclamações judiciais pendentes de resolução e correspondentes, fundamentalmente, a ações cíveis derivadas de responsabilidade civil em relação aos usuários da rodovia, bem como processos trabalhistas e regulatórios.

A Administração constituiu, com base na opinião de seus advogados internos e externos, uma provisão para cobrir as perdas que provavelmente possam decorrer das referidas ações judiciais e estima que a decisão final destas não afete significativamente os fluxos de caixa, a posição financeira e o resultado das operações da Sociedade.

A movimentação do saldo dos riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios durante os períodos findos em 30 de junho de 2018 e de 2017 é conforme segue:

	31.12.2017	Adições	Reversões	Pagamentos	Encargos	30.06.2018
Cíveis	727	1.120	(8)	(770)	-	1.069
Trabalhistas	621	247	(212)	(209)	-	447
Regulatório	8.658	-	-	-	333	8.991
Total	10.006	1.367	(220)	(979)	333	10.507

	31.12.2016	Adições	Reversões	Pagamentos	Encargos	30.06.2017
Cíveis	373	653	(2)	(346)	-	678
Trabalhistas	385	463	(27)	(329)	-	492
Regulatório	6.647	1.785	(203)	-	-	8.229
Total	7.405	2.901	(232)	(675)	-	9.399

A Sociedade é parte em processos regulatórios administrativos movidos pela ANTT. Periodicamente a Sociedade realiza revisões técnicas e jurídicas nesses processos, visando avaliar e mensurar os potenciais riscos existentes. Em 30 de junho de 2018, a Sociedade provisionou processos cuja probabilidade de perda foi classificada como provável por seus assessores jurídicos totalizando R\$8.991 (R\$8.658 em 31 de dezembro de 2017). Existem ainda outros processos com a ANTT cuja probabilidade de perda é possível de acordo com os assessores jurídicos da Sociedade e que sumarizam o montante de R\$9.222 (R\$8.889 em 31 de dezembro de 2017).

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos cíveis e trabalhistas ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos representam o montante de R\$5.446 em 30 de junho de 2018 (R\$3.567 em 31 de dezembro de 2017).

Notas Explicativas

Autopista Litoral Sul S.A.

Os depósitos judiciais no montante de R\$50.907 em 30 de junho de 2018 (R\$51.128 em 31 de dezembro de 2017) classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto. Esse saldo é composto em sua maioria por indenizações para desapropriações de obras e relativos a autos de infrações impostos pela ANTT.

Provisão para manutenção e investimentos

A provisão para manutenção é calculada com base na melhor estimativa considerando os valores da próxima intervenção. A provisão para investimentos é calculada considerando os valores até o final da concessão com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos na construção e melhoria de rodovias.

A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimentos durante os períodos findos em 30 de junho de 2018 e de 2017 é conforme segue:

	Circulante		Não circulante	
	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldo em 31.12.2017	-	14.600	20.319	57.421
Adições/Reversões	-	-	-	28.243
Utilizações	-	(33.257)	-	-
Ajuste a valor presente	-	-	640	1.931
Transferências	-	31.571	-	(31.571)
Saldo em 30.06.2018	-	12.914	20.959	56.024

	Circulante		Não circulante	
	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldos em 31.12.2016	23.595	19.098	-	60.121
Adições/Reversões	-	-	-	5.003
Utilizações	(72)	(7.732)	-	-
Ajuste a valor presente	662	-	-	2.374
Transferências	-	4.705	-	(4.705)
Saldo em 30.06.2017	24.185	16.071	-	62.793

Os pagamentos efetuados no período findo em 30 de junho de 2018 referentes às manutenções realizadas foram de R\$33.257 (R\$7.732 em 30 de junho de 2017).

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital social**

O capital social subscrito em 30 de junho de 2018 e em 31 de dezembro de 2017 é de R\$1.287.996, compostos por 1.213.269.209 ações ordinárias e sem valor nominal, integralizadas pelo valor de R\$1.272.296 (R\$1.188.296 em 31 de dezembro de 2017) que representam 1.197.410.623 ações (1.112.562.138 em 31 de dezembro de 2017).

No decorrer do período findo em 30 de junho de 2018 ocorreram integralizações de capital no montante de R\$84.000 referente a ata constituída em 20 de dezembro de 2017, sendo que dessa ainda há para integralizar o montante de R\$15.700.

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

b) Reservas de lucros e distribuição de dividendos:

Notas ExplicativasReserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do Artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

18. RECEITAS

Estão representadas por:

	30.06.2018		30.06.2017	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Receita de serviços prestados	76.040	163.127	74.921	151.511
Receita de serviços de construção	61.384	116.854	128.329	251.288
Outras receitas	1.195	2.559	1.180	1.668
	<u>138.619</u>	<u>282.540</u>	<u>204.430</u>	<u>404.467</u>

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do período é como segue:

	30.06.2018		30.06.2017	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Receita bruta	138.619	282.540	204.430	404.467
ISSQN	(3.809)	(8.329)	(3.794)	(7.724)
PIS	(518)	(1.108)	(504)	(1.041)
COFINS	(2.395)	(5.114)	(2.328)	(4.805)
Outras deduções	(110)	(192)	(154)	(428)
Receita líquida	<u>131.787</u>	<u>267.797</u>	<u>197.650</u>	<u>390.469</u>

Notas Explicativas

Autopista Litoral Sul S.A.

19. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Estão representados por:

	30.06.2018		30.06.2017	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Despesas:				
Com pessoal	(3.154)	(6.150)	(2.985)	(5.873)
Serviços de terceiros	(746)	(1.601)	(801)	(1.613)
Manutenção de bens e conservação	(250)	(504)	(178)	(357)
Consumo	(489)	(981)	(420)	(824)
Transportes	(179)	(340)	(166)	(340)
Seguros/Garantias	(3)	(5)	(7)	(5)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	(1.034)	(1.147)	(1.717)	(2.669)
Comunicação e marketing	(248)	(466)	(283)	(459)
Indenizações à terceiros	-	-	(74)	(74)
Publicações legais	(4)	(150)	(111)	(161)
Depreciação / Amortização	(299)	(582)	(316)	(628)
Outros	(363)	(807)	(380)	(1.057)
Total	(6.769)	(12.733)	(7.438)	(14.060)

	30.06.2018		30.06.2017	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Custos:				
Com pessoal	(5.613)	(11.657)	(5.484)	(11.130)
Serviços de terceiros	(8.838)	(17.566)	(8.526)	(16.968)
Conservação	(3.728)	(7.000)	(4.567)	(7.439)
Manutenção e conservação de móveis e imóveis	(964)	(1.910)	(988)	(2.071)
Consumo	(1.665)	(3.486)	(1.710)	(3.832)
Transportes	(1.095)	(2.256)	(1.136)	(2.303)
Verba de fiscalização	(2.967)	(5.885)	(2.921)	(5.683)
Recursos para desenvolvimento tecnológico	(297)	(598)	(299)	(620)
Seguros / Garantias	(798)	(1.597)	(924)	(1.728)
Provisão de manutenção em rodovias	(16.126)	(28.243)	(4.385)	(5.003)
Custos de serviços da construção	(61.384)	(116.854)	(128.329)	(251.288)
Depreciação / Amortização	(25.546)	(50.710)	(22.601)	(43.683)
Outros	(509)	(931)	(468)	(1.137)
Total	(129.530)	(248.693)	(182.338)	(352.885)

20. RESULTADO FINANCEIRO

Está representado por:

	30.06.2018		30.06.2017	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Receitas financeiras:				
Aplicações financeiras	578	1.180	986	2.282
Outras receitas	74	74	-	563
Total	652	1.254	986	2.845

	30.06.2018		30.06.2017	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Despesas financeiras:				
Encargos financeiros	(16.260)	(33.048)	(22.688)	(48.109)
Encargos financeiros – ajuste a valor presente	(1.251)	(2.578)	(1.562)	(3.097)
Outras despesas	(366)	(1.108)	(608)	(1.374)
Total	(17.877)	(36.734)	(24.858)	(52.580)

Notas Explicativas**21. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

	<u>30.06.2018</u>	<u>30.06.2017</u>
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:		
Aquisição de bens do intangível registrados em obrigações nas contas de fornecedores, partes relacionadas, cauções contratuais e obrigações fiscais	19.227	74.443
Juros capitalizados	23.458	27.614
	<u>30.06.2018</u>	<u>30.06.2017</u>
Transações de investimentos e financiamentos que envolvem caixa:		
Pagamento de investimentos, que não afetaram as adições das notas de imobilizado e intangível do período	(61.080)	(78.566)

22. PREJUÍZO POR AÇÃO

O cálculo básico de prejuízo por ação é feito através da divisão do prejuízo do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

A tabela a seguir reconcilia o prejuízo e a média ponderada do número de ações utilizados para o cálculo do prejuízo básico e do prejuízo diluído por ação.

	<u>30.06.2018</u>		<u>30.06.2017</u>	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
<u>Básico/Diluído</u>				
Prejuízo líquido do período	(14.580)	(19.815)	(10.602)	(17.653)
Número de ações durante período	<u>1.213.269</u>	<u>1.213.269</u>	<u>688.096</u>	<u>688.096</u>
Prejuízo por ação	<u>(0,0120)</u>	<u>(0,0163)</u>	<u>(0,0154)</u>	<u>(0,0257)</u>

Não há diferença entre prejuízo básico e prejuízo diluído por ação por não ter havido durante os trimestres e períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2018 e de 2017, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do prejuízo diluído por ação concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do prejuízo básico por ação, não existindo mais quantidades como opções a empregados e/ou outras opções a serem conciliadas.

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As operações com instrumentos financeiros da Sociedade estão reconhecidas nas informações financeiras trimestrais, conforme o quadro a seguir:

Notas Explicativas

Autopista Litoral Sul S.A.

	Nível	30.06.2018		31.12.2017	
		Mensurados a valor justo por meio de resultado	Custo amortizado	Mensurados a valor justo por meio de resultado	Custo amortizado
Equivalentes de caixa	Nível 2	12.872	-	16.373	-
Contas a receber clientes	Nível 2	-	17.015	-	14.917
Partes relacionadas	Nível 2	-	2	-	37
Aplicações financeiras vinculadas	Nível 2	24.729	-	24.643	-
Outras contas a receber	Nível 2	-	1.318	-	1.396
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	-	533.557	-	558.587
Empréstimos partes relacionadas	Nível 2	-	891.742	-	821.479
Fornecedores e cauções contratuais	Nível 2	-	29.981	-	41.222
Fornecedores - Risco sacado	Nível 2	-	4.490	-	4.266
Partes relacionadas	Nível 2	-	2.263	-	2.234
Taxa de fiscalização	Nível 2	-	989	-	961
Outras contas a pagar	Nível 2	-	3.975	-	14.338
		<u>37.601</u>	<u>1.485.332</u>	<u>41.016</u>	<u>1.459.437</u>

O pronunciamento técnico CPC 48 requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração.

O pronunciamento técnico CPC 48 também define informações observáveis como dados de mercado, obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados:

Empréstimos e recebíveis

Estima-se que os valores contábeis das contas a receber de clientes e contas a receber de partes relacionadas estejam próximos de seus valores justos, em virtude do curto prazo das operações realizadas.

Ativo financeiro mantido até o vencimento

O valor contábil aproxima-se do seu valor justo em virtude de as operações serem efetuadas a juros pós-fixados e apresentarem possibilidade de resgate imediato.

Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado

Os valores registrados contabilmente aproximam-se razoavelmente do valor justo pois estão atrelados a uma taxa de juros pós-fixada, no caso, a variação do CDI. Os valores contábeis dos financiamentos atrelados à Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP aproximam-se dos seus valores justos em razão de a TJLP ser uma taxa que, apesar de pré-fixada, não sofre variações, uma vez que é pré determinada todos os trimestres pelo Conselho Monetário Nacional - CMN.

Notas Explicativas

24. GESTÃO DE RISCO

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

Riscos de mercado

a) Exposição a riscos cambiais

Em 30 de junho de 2018 e em 31 de dezembro de 2017, a Sociedade não apresenta saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP e do CDI, relativos a empréstimos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em atendimento à Instrução CVM nº475, em 30 de junho de 2018, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos, debêntures e mútuos com partes relacionadas, líquidos das aplicações financeiras.

Efeito no lucro antes da tributação - Aumento/Redução em pontos bases			
Indicadores	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)
CDI	6,50%	8,13%	9,75%
Receita de aplicações financeiras	2.254	2.818	3.382
Juros a incorrer - Mútuos e Debêntures privadas (*)	(55.640)	(69.532)	(83.416)
Juros a incorrer CDI líquido (*)	<u>(53.386)</u>	<u>(66.714)</u>	<u>(80.034)</u>
TJLP	6,60%	8,25%	9,90%
Juros a incorrer - BNDES (*)	(48.031)	(56.916)	(65.801)
Juros a incorrer TJLP líquido (*)	<u>(48.031)</u>	<u>(56.916)</u>	<u>(65.801)</u>
Juros a incorrer líquido	<u>(101.417)</u>	<u>(123.630)</u>	<u>(145.835)</u>

Fonte dos índices: Relatório Focus – Banco Central do Brasil - BACEN.

(*) Refere-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Essas apresentações são adicionais às divulgações requeridas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, estando apresentadas em conformidade com as divulgações requeridas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

c) Risco de crédito

Em 30 de junho de 2018, a Sociedade apresenta valores a receber no valor de R\$14.122 (R\$13.500 em 31 de dezembro de 2017) das empresas CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A., Conectcar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A. e Move Mais Meios de Pagamentos Ltda, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio, registrados na rubrica "Contas a receber".

Notas Explicativas

Autopista Litoral Sul S.A.

A Sociedade possui cartas de fiança firmadas por instituições financeiras para garantir a arrecadação das contas a receber com as empresas administradoras do sistema eletrônico de pagamento de pedágio.

d) Risco de liquidez e gestão de capital

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A Sociedade administra o capital por meio do monitoramento dos níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos e financiamentos.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do período. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	2018	2019	2020	2021	2022 em diante	Total
BNDES Automático	8,90%	48.980	97.960	97.960	97.960	361.507	704.367
Risco sacado	17,18%	4.530	-	-	-	-	4.530
Partes relacionadas	7,87%	-	946.222	-	55.577	-	1.001.799
Fornecedores partes relacionadas	-	2.263	-	-	-	-	2.263
Fornecedores e cauções contratuais	-	29.981	-	-	-	-	29.981
Outras contas a pagar	-	3.496	480	-	-	-	3.976
		<u>89.250</u>	<u>1.044.662</u>	<u>97.960</u>	<u>153.537</u>	<u>361.507</u>	<u>1.746.916</u>

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	01/07 a 30/09/2018	01/10 a 31/12/2018	01/01 a 31/03/2019	01/04 a 31/07/2019	Total
BNDES Automático	8,90%	24.490	24.490	24.490	24.490	97.960
Risco sacado	17,18%	4.530	-	-	-	4.530
Partes relacionadas	7,87%	-	-	44.589	211.454	256.043
Fornecedores partes relacionadas	-	2.263	-	-	-	2.263
Fornecedores e cauções contratuais	-	27.495	2.486	-	-	29.981
Outras contas a pagar	-	2.512	984	467	13	3.976
		<u>61.290</u>	<u>27.960</u>	<u>69.546</u>	<u>235.957</u>	<u>394.753</u>

Notas Explicativas**25. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO**

A operação da Sociedade consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e os recursos são feitos.

A área de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias; portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Sociedade.

26. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável.

Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de riscos, a concessionária mantém vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e dos bens que integram a concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários. Todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

Em 30 de junho de 2018, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita(*)	180.000
	Responsabilidade civil	20.000
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	136.995

(*) Por sinistro

Além dos seguros anteriormente mencionados, a Sociedade contratou apólices na modalidade Seguro Garantia Judicial referente a discussões judiciais proveniente de autos de infração da ANTT e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto. O valor dessa garantia em 30 de junho de 2018 e em 31 de dezembro de 2017 é de R\$60.653.

27. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 5 e 20 de julho de 2018 e em 6 de agosto de 2018, a Sociedade recebeu recursos oriundos da liberação parcial da 6ª emissão de debêntures nos montantes de R\$5.000, R\$8.700 e R\$5.000 respectivamente, respaldados pela ata constituída em 21 de maio de 2018 referente a emissão de R\$280.000 debêntures.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da

Autopista Litoral Sul S.A.

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Autopista Litoral Sul S.A. ("Sociedade"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações financeiras trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2018, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Sociedade, cuja apresentação nas informações financeiras intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Campinas, 14 de agosto de 2018

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Paulo de Tarso Pereira Jr.

Auditores Independentes

Contador

CRC nº 2 SP 011609/O-8

CRC nº 1 SP 253932/O-4

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Não foi instalado conselho fiscal.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Autopista Litoral Sul S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as informações financeiras intermediárias relativas ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2018.

Joinville, 14 de agosto de 2018.

Diretoria

David Antonio Diaz Almazán

Diretor Presidente

Juan Gabriel Lopez Moreno

Diretor Econômico Financeiro/ Diretor de Relação com Investidores

Flavia Lucia Mattioli Tâmega

Diretora Jurídica

Andre Giavina Bianchi

Diretor Superintendente

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Autopista Litoral Sul S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com o conteúdo e opinião expressos no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes.

Joinville, 14 de agosto de 2018.

Diretoria

David Antonio Diaz Almazán

Diretor Presidente

Juan Gabriel Lopez Moreno

Diretor Econômico Financeiro/ Diretor de Relação com Investidores

Flavia Lucia Mattioli Tâmega

Diretora Jurídica

Andre Giavina Bianchi

Diretor Superintendente